

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTA CRISTINA DO COUTO
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025
(MODELO ENTIDADE SETOR NÃO LUCRATIVO)

UNIDADE MONETÁRIA - EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS (*)	PERÍODOS	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	6	432.754,67	430.227,23
Subsídios, doações e legados à exploração	10.9	396.487,03	392.079,40
Custo das merc. vendidas matérias consumidas	5	-132.809,91	-148.356,85
Fornecimentos e serviços externos	10.10	-128.896,44	-140.390,79
Gastos com o pessoal	8	-550.777,20	-506.139,14
Provisões (aumentos/reduções)	10.16	0,00	0,00
Outras imparidade (perdas/reversões)	10.17	0,00	-1.500,00
Aumentos reduções justo valor	10.14	0,00	304,21
Outros rendimentos	10.11	8.917,13	13.425,00
Outros gastos	10.12	-4.450,52	-3.964,45
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		21.224,76	35.684,60
Gastos /reversões depreciação e amortização	4	-41.390,55	-37.105,69
Resultados Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-20.165,79	-1.421,09
Juros e rendimentos similares obtidos		828,12	6.525,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-19.337,67	5.103,72
Imposto sobre rendimento do exercício			0,00
Resultado líquido do período		-19.337,67	5.103,72

A Direção

João Manuel Sordana de Silva Patrão

João Manuel Sordana de Silva Patrão

João Manuel Sordana de Silva Patrão

O Contabilista Certificado

Manuel da Silva Faria Velho

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTA CRISTINA DO COUTO
BALANÇO INDIVIDUAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(MODELO ENTIDADE SETOR NÃO LUCRATIVO)

UNIDADE MONETÁRIA - EURO

RUBRICAS	NOTAS (*)	DATAS	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	540.066,36	579.502,43
Investimentos financeiros	10.13	0,00	0,00
		540.066,36	579.502,43
Ativo corrente			
Inventários	5	2.606,95	3.278,39
Créditos a receber	10.1	29.570,75	18.160,35
Estado e outros entes públicos	10.7	1.662,53	2.598,09
Diferimentos	10.3	5.123,43	4.359,01
Outros ativos correntes	10.2	10.549,69	17.495,11
Caixa e depósitos bancários	10.4	391.750,81	347.701,55
		441.264,16	393.592,50
Total do ativo		981.330,52	973.094,93
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	10.5	970.222,91	970.222,91
Resultados transitados	10.5	-132.182,31	-137.286,03
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	10.5	30.933,44	10.666,76
		868.974,04	843.603,64
Resultado líquido do período		-19.337,67	5.103,72
Total dos fundos patrimoniais		849.636,37	848.707,36
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	10.6	18.693,90	13.483,84
Estado e outros entes públicos	10.7	10.854,18	11.731,03
Diferimentos	10.3	0,00	0,00
Outros passivos correntes	10.8	102.146,07	99.172,70
		131.694,15	124.387,57
Total do passivo		131.694,15	124.387,57
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		981.330,52	973.094,93

A Direção

Sebastião Daniel Cordeiro da Silva Neto
Franco José Brito de Almeida
Presidente do Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

António José Brito da Silva
e.e. 85696

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL

DE

SANTA CRISTINA DO COUTO

Anexo às Demonstrações Financeiras de 2025

A. P. P. S.
B. de L.
L. L.

Índice

1 – Identificação da entidade	3
2 – Preferencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	3
3 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	3
3.1 – Bases de apresentação	4
3.2 – Políticas de reconhecimento e mensuração	6
4 – Ativos fixos tangíveis	9
5 – Inventários	9
6 – Rendimentos e gastos	10
7 – Subsídios e outros apoios de entidades públicas	10
8 – Benefícios dos empregados	11
9 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais	11
10 – Outras divulgações	11
10.1 – Créditos a receber	11
10.2 – Outros ativos correntes	11
10.3 – Diferimentos	12
10.4 – Caixa e depósitos bancários	12
10.5 – Fundos patrimoniais	12
10.6 – Fornecedores	13
10.7 – Estado e Outros Entes Públicos	13
10.8 – Outros passivos correntes	13
10.9 – Subsídios, doações e legados à exploração	14
10.10 – Fornecimentos e serviços externos	14
10.11 – Outros rendimentos	14
10.12 – Outros gastos	15
10.13 – Investimentos financeiros	15
10.14 – Aumentos / reduções de justo valor	15
10.15 – Fluxos de caixa	15
10.16 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	15
10.17 – Imparidades	15
10.18 – Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	15
10.19 – Acontecimentos após data de balanço	16

R. P. S.
R. P. S.
R. P. S.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

O Centro Social e Paroquial de Santa Cristina do Couto é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" com estatutos registados na Segurança Social e publicados no Diário da República, III série, nº 262 de 9 de Novembro de 1993.

Tem sede na Rua Basílio Macedo nº 354, na freguesia de Santa Cristina do Couto, concelho de Santo Tirso.

Os fins e objetivos da Instituição concretizam-se mediante a concessão de bens, a prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades, nomeadamente nos seguintes domínios:

- . Apoio á família;
- . Apoio às pessoas através de estrutura residencial para pessoas idosas, centro de dia, centro de convívio e apoio domiciliário;
- . Apoio à integração social e comunitária;
- . Proteção social dos cidadãos e outras respostas sociais desde que contribuam para efetivação dos direitos sociais e eclesiais dos cidadãos.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. O anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- . Bases para a Apresentação da Demonstrações Financeiras (BADF);
- . Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- . Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;
- . NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- . Normas Interpretativas (NI)

3. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras são preparadas de forma a facilitar a fácil compreensão dos Utentes da informação que é relatada. Contudo, não são evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida se considera relevante pois influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Todos os itens considerados materialmente relevantes são apresentados separadamente.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, da informação divulgada são expurgados os erros e preconceitos que podem enviesar a tomada de decisão, conseguindo-se assim refletir os factos consolidados e comprovados.

[Handwritten signatures and initials]

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Por tal motivo é preocupação constante, mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos são contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica, não sendo observada apenas a sua forma legal, uma vez que esta pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. Todas as opiniões e preconceitos que puderem enviesar a tomada de decisão, não são considerados.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes pelo que se promove a sua divulgação nas demonstrações financeiras. Contudo, mantem-se o rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. De modo a evitar a produção de dados falsos e deturpadores da realidade, que podem levar a decisões erradas, são evitadas todas as omissões que possam induzir em erro o utilizador da informação.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- . A natureza da reclassificação;
- . A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- . Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários estão desagregados na nota 10.4, para melhor compreensão.

As transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, serão indicados de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida.

Os ativos foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com a manutenção e reparação dos ativos são registados como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	40 anos
Equipamento básico	6 a 8 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	2,5 a 6 anos
Equipamento informático	5 anos
Software	3 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 a 8 anos

A entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista. Verificou-se que a vida útil de determinados ativos, tais como edifícios e outras construções, bem como equipamento de transporte, têm sido afetadas em consequência da sua utilização acrescida. Assim por indicação da Direção da instituição, no ano de 2023 foram ajustadas as taxas de depreciação desses ativos fixos para 2,5%.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

3.2.3 Ativos intangíveis

Os “ativos intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, e, sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de computador	3 anos

Os elementos de reduzido valor são amortizados a 100%, conforme estipulado no artigo 19º do Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14/9.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com a vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei nº 70/2013, de 30 de Agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – o FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

No entanto, o pagamento dos referidos fundos foi suspenso e, aprovada a opção de resgate para determinadas situações.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o Custo Médio como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados ou membros, que se encontrem com saldo no final do período, se tenham vencido, e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a Receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros e estimados.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizados pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- . Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- . Fundos acumulados e outros excedentes;
- . Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Não aplicável.

3.2.9 Impostos Sobre o Rendimento

Não aplicável.

4. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-24	Adições	Abates e Alienações	31-12-25
Edifícios e outras Construções	1.024.832,14 €	0,00 €	0,00 €	1.000.219,88 €
Equipamento Básico	137.723,31 €	0,00 €	0,00 €	135.492,35 €
Equipamento de Transporte	173.874,82 €	0,00 €	0,00 €	159.844,23 €
Equipamento Administrativo	10 122,94 €	1.954,48 €	0,00 €	11.643,13 €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	66.215,58 €	0,00 €	0,00 €	66.133,13 €
	1.412.768,79 €	1.954,48 €	0,00 €	1.414.723,27€
Investimentos em curso	0			
Ativo Tangível Bruto	1.412.768,79 €	1.954,48 €	0,00 €	1.414.723,27€
Depreciações Acumuladas				
Edifícios e Outras Construções	617.910,44 €	24.612,26 €	0,00 €	642.522,70 €
Equipamento Básico	126.690,81 €	2.230,96 €	0,00 €	128.921,77 €
Equipamento de Transporte	32.521,95 €	14.030,59 €	0,00 €	46.552,54 €
Equipamento Administrativo	9.067,37 €	434,29 €	0,00 €	9.501,66 €
Outros Ativos Fixos Tangíveis	47.075,79 €	82,45 €	0,00 €	47.158,24 €
Depreciações Acumuladas	833.266,36 €	41.390,55 €	0,00 €	874.656,91 €
Ativo Tangível Líquido	579.502,43 €	-39.436,07 €	0,00 €	540.066,36 €

5. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Rubricas	31-12-25	31-12-24
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	2.606,95 €	3.278,39 €
Total	2.606,95 €	3.278,39 €

No que concerne à quantia de “Inventários” reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2025	2024
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo / Mercadorias	Matérias-primas, subs e de consumo
Saldo Inicial	3.278,39 €	3.940,45 €
Compras	32.846,15 €	36.349,12 €
Donativos espécie (Banco Alimentar e outros)	99.292,32 €	111.345,67 €
Saldo Final	2.606,95 €	3.278,39 €
Gastos do Período	132.809,91 €	148.356,85 €

6. Rendimentos

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	31-12-25	31-12-24
Prestações de Serviços	432.754,67 €	430.227,23 €
Mensalidades dos Utilizadores	413.100,92 €	415.433,82 €
Complemento mensal familiares	1.470,99 €	2.255,10 €
Comparticipações higiene e conforto	15.754,57 €	9.306,53 €
Outras participações	2.428,19 €	3.231,78 €
Total	432.754,67 €	430.227,23 €

7. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	2025		2024	
		Cap Prop.	Dem. de Result	Cap Prop.	Dem. de Result
ISSP, IP - Acordo Cooperação	Não Reembolsável	0,00 €	266.235,08 €	0,00 €	240.150,68 €
ISSP, IP - PRR Mobilidade Verde	Não Reembolsável	30.933,44 €	7.733,32 €	10.666,76 €	6.999,93 €
IEFP	Não Reembolsável	0,00 €	2.047,99 €	0,00 €	2.047,99 €
Total		30.933,44 €	276.016,39 €	10.666,76 €	249.198,60 €

8. Benefícios dos empregados

A instituição contou, em média com 32 colaboradores em 2025 e com 30 em 2024.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações ao pessoal	452.130,52 €	422.300,27 €
Indemnizações	0,00 €	0,00 €
Encargos sobre as Remunerações	91.739,95 €	75.187,33 €
Seguros de Acidentes	5.081,08 €	5.866,55 €
Outros Gastos com o Pessoal	1.825,65 €	2.784,99 €
Total	550.777,20 €	506.139,14 €

9. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas conforme certidões:

- Certidão da Autoridade Tributária à data de 20/02/2026;
- Certidão da Segurança Social à data de 19/03/2026.

10. Outras divulgações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

10.1 Créditos a receber

A rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	29.570,75 €	18.160,35 €
Total	29.570,75 €	18.160,35 €

10.2 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Devedores por acréscimo rendimentos	1.385,00 €	5.257,00 €
Donativos	1.385,00 €	5.257,00 €
Adiantamentos a fornecedores	0,00 €	567,43 €
ISS - PRR Mobilidade Verde	0,00 €	6 000,00 €
Outros devedores	9.164,69 €	5.670,68 €
Total	10.549,69 €	17.495,11 €

10.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a reconhecer		
Seguros	4.318,79 €	4.359,01 €
Outros	804,64 €	0,00 €
Total	5.123,43 €	4.359,01 €
Rendimentos a reconhecer		
ISS - Adiantamento atualização	0,00 €	1.121,99 €
Total	0,00 €	8 588,06 €

10.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, encontravam-se com os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	6.567,90 €	890,74 €
Depósitos à ordem	57.582,91 €	20.099,88 €
Depósitos a prazo	327.600,00 €	326.710,73 €
Total	391.750,81 €	347.701,55 €

Na rubrica da conta caixa o valor mencionado está inflacionado em virtude de a administrativa ter estado ausente por um determinado período e por isso os valores não estão ajustados.

Em 2026 foram feitos 2 depósitos relativos às contas de 2025, tendo sido feitos da seguinte forma:

- 03/01/2026 depósito de dinheiro no valor de 3.200€
- 05/01/2026 depósito de cheques e vales no valor de 1.074€

Salientamos que nesta conta além de incluir o valor do Caixa Fixo, inclui também o Caixa Vale Paula Pereira, Caixa Emergência Farmácia e Caixa Cartão Continente,

10.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações durante o exercício de 2025:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	970 222,91 €			970 222,91 €
Resultados Transitados	-137.286,03 €	€	19.337,67 €	-151.519,98 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	15.770,48 €	28.000,00 €	7.733,32 €	30.933,44 €
Total	848.707,36 €	28.000,00 €	27.070,99 €	849.636,37 €

10.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c		
Fornecedores	18.693,90 €	13.483,84 €
Total	18.693,90 €	13.483,84 €

10.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
IVA - A Recuperar	1.662,53 €	2.598,09 €
Total	1.662,53 €	2.598,09 €
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	1.006,00 €	1.456,00 €
Segurança Social	9.848,18 €	10.275,03 €
Total	10.854,18 €	11.731,03 €

10.8 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
	Corrente	Corrente
Clientes e utentes	5 469,41 €	5 469,41 €
Adiantamentos de utentes	5 469,41 €	5 469,41 €
Pessoal	0,00 €	2.033,75 €
Remunerações a pagar	0,00 €	2.033,75 €
Credores por Acréscimos de Gastos	69.593,20 €	63.032,30 €
Remunerações a liquidar	69.593,20 €	63.032,30 €
Outros Credores	0,00 €	0,00 €
Outros Credores - Cauções utentes	26.975,74 €	28.585,50 €
Liga de Amigos	0,00 €	0,00 €
Outros credores - Sindicatos	107,72 €	51,74 €
Total	102.146,07 €	99.172,70 €

10.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	268.283,07 €	242.198,67 €
Doações e heranças	128.203,96 €	149.880,73 €
Total	396.487,03 €	392.079,40 €

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados na Nota 7.

Os géneros alimentares, foram considerados na conta 753-Doações e heranças.

10.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e Serviços Externos” nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Serviços especializados	45.224,42 €	46.950,71 €
Materiais	7.621,61 €	12.752,76 €
Energia e fluídos	53.341,42 €	58.473,65 €
Deslocações, estadas e transportes	1.183,25 €	3.338,47 €
Comunicação	1.578,01 €	1.628,71 €
Seguros	8.481,40 €	3.073,45 €
Serviços notariado	15,00 €	70,30 €
Limpeza, higiene e conforto	10.871,40 €	9.929,83 €
Serviços gerais	579,93 €	4.172,91 €
Total	128.896,44 €	140.390,79 €

10.11 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Outros Rendimentos:		
Correções períodos anteriores	0,00 €	3.343,38 €
Imputação subsídios para investimento	7.733,32 €	3.999,96 €
Rendimentos Suplementares	1.183,81 €	599,82 €
Indemnização de seguros	0,00 €	1.481,70 €
Alienação / mais valia / venda de viaturas	0,00 €	4.000,00 €
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	828,12 €	6.524,94 €
Total	9.745,25 €	19.949,80 €

10.12 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Taxas	€	516,31 €
Correções relativas a períodos anteriores	3.689,50 €	2.917,14 €
Quotizações	581,00 €	411,00 €
Multas e penalidades	180,02 €	120,00 €
Total	4.450,52 €	2 803,20 €

10.13 Investimentos Financeiros

Não aplicável.

10.14 Aumentos / reduções de justo valor

Não aplicável.

10.15 Fluxos de caixa

Não aplicável.

10.16 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

No período de 2025 não ocorreram registos de variações relativas a provisões.

10.17 Imparidades

Não aplicável.

10.18 Outras divulgações consideradas relevantes, para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2025 foi o seguinte:

ERPI: 19 Utentes

Centro de Dia: 37 Utentes

Serviços Apoio Domiciliário: 18 Utentes

10.19 Acontecimentos após data de Balanço

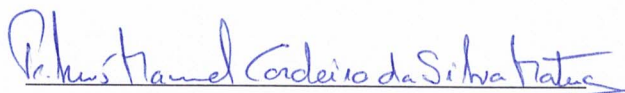
Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

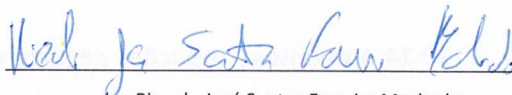
Santo Tirso, 23 de Março de 2026

A Direção

O Contabilista Certificado

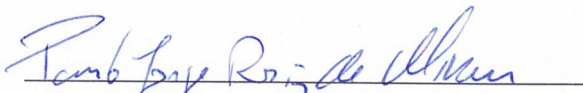


Pe Luís Manuel Cordeiro da Silva Mateus - Presidente

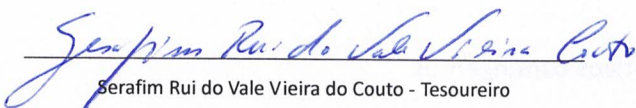


Ricardo José Santos Ferreira Machado

Cédula Profissional nº 85696



Paulo Jorge Roriz de Oliveira – Vice-Presidente



Serafim Rui do Vale Vieira do Couto - Tesoureiro